

## **ANÁLISE DA REALIDADE DESDE OUTUBRO 2016 ATÉ MARÇO 2017**

### **A TERRA:**

#### **A. PROGRAMA DE PRO-SAVANA**

Nos finais de mês de Janeiro recebeu-se um anúncio de realização de consultas comunitárias do programa prosavana entre os dias 27 de Fevereiro a 27 de Março em 21 Distritos, sendo 11 da Província de Nampula, nomeadamente Monapo, Meconta, Muecate, Mogovolas, Rapale, Nampula, Murrupula, Mecuburi, Ribaué, Lalaua e Malema; 8 da Província de Niassa, nomeadamente Chimbonila, Lichinga, N'Gauma, Mandimba, Cuamba, Sanga, Majune e Mecanhelas e 2 da Província da Zambézia, nomeadamente Gurúe e Alto Molócuè, cuja finalidade era de se legitimar este Programa.

Ora, devido à pressão do Movimento Não ao Prosavana que fez uma carta aberta de protesto contra a actuação da JICA sobre a sociedade Moçambicana no âmbito do ProSavana, essas consultas foram paralisadas para uma data a anunciar.

Várias dúvidas recaem no seio deste programa, ora vejamos quando o nosso Estado é pressionado nunca da satisfação, mas quando o Japão é pressionado tanto ao nível nacional ou internacional paralisa automaticamente este programa. Portanto urge a necessidade de questionar o seguinte quem é o principal mentor deste programa? É o dono da terra ou é o financiador? Quais foram as cláusulas desta parceria?

#### **B. USURPAÇÃO DE TERRA**

##### **➤ NACALA:**

A problemática de usurpação de terras está sendo um dos grandes desafios da Diocese de Nacala por motivo de se estalar investimentos públicos/privados nas áreas de pertença das comunidades locais.

O Discurso do Chefe de Estado na visita no Distrito de Nacala Filipe Nyusi, em que disse que “as províncias de Nampula e Zambézia produzirem, mas nesta campanha agrícola poderão chegar para sustentar todo Moçambique”, estas

províncias são um dos principais celeiros do país e o tipo de agricultura praticada é de sector familiar (cabo curto).E, por coincidência, são Províncias com mais conflitos de terras nestes últimos anos.

O Estado esta promover agricultura de grande escala, e programas que visam usurpar terras comunitárias como é que pode se esperar a segurança alimentar sem terra! Porque não se priorisa e se investe mais o tipo de agricultura que alimenta todo o País?

Nestes três meses registaram-se 3 casos de usurpação de terras; concretamente nas seguintes comunidades: Naculué - distrito de Erati posto Administrativo de Alua protagonizado por explorar ilegal de recursos florestal (Madeira), Chipene - distrito de Menba- protagonizado por uns cidadãos de origem chinesa que exploram recursos minerais (Ouro), Nacolo- Distrito de Monapo.

### **Descoberta de Mina de Fosfato pela Empresa Mineradora Vale**

A empresa mineradora Vale de Moçambique descobre mina de fosfato no Distrito de Monapo no posto Administrativo de Carapira, supostamente a pesquisa prospeccao foi feita no ano de 2011. Circulam nas redes sócias que a mesma presença pretende explorar o recurso acima referido.

Não se sabe área que ira afectar, as comunidades devem ficar atentas visto que esta empresa é mais que protagoniza conflitos de terras ao nível internacional.

#### **➤ TETE:**

a) *Conflito de terra: exemplo de um caso a reflectir:* O que está a acontecer em Mkondedzi é apenas um exemplo de vários casos de conflitos de terra que estão a acontecer em muitas partes da diocese de Tete. Pessoas com poder económico relativamente superior estão a se dar ao luxo de adquirir terrenos já ocupados por pessoas sem possibilidade de proceder o processo de legalização do seu espaço. A Irmã Maria Felícia, de feliz memória, fundadora da aldeia de Mkondedzi, sobretudo do centro dos leprosos, comprou das mãos de um senhor uma machamba para uma

senhora leprosa de nome Nolina Viola. O objectivo era para esta senhora e os seus filhos poderem cultivar a machamba para o seu sustento. A irmã, pelo que se sabe, seguiu todo o processo de legalização do terreno em favor da senhora Nolina. Mas posteriormente a antiga administradora de Moatize deu-se ao luxo de comprar uma grande porção de terreno, que incluía a machamba da dona Nolina. O mais curioso é que a antiga administradora de Moatize comprou o terreno das mãos do mesmo proprietário que vendeu o terreno à irmã Maria Felícia. Portanto temos uma situação em que o mesmo terreno foi vendido a duas pessoas diferentes. Será que a antiga administradora não sabia que os terrenos que adquiriu já tinham os seus usuários? Quer isto dizer que a dona Nolina não estava a fazer o uso adequado daquele terreno ao ponto de lhe ser arrancado? Hoje, o cenário é este: um dos filhos da dona Nolina cultivou a machamba, mas lhe é vedada a possibilidade de usufruir dos frutos da mesma. A diocese está a seguir este caso junto às autoridades competentes.

- b) *Conflitos de terra: uma injustiça que se revela de forma estrutural e conjuntural:* A problemática apresentada no ponto anterior revela que este não é um caso isolado. A usurpação da terra das mãos das populações tem ganhado contornos muito diferentes: ora toma o nome de reassentamentos, ora se manifesta com a designação de atribuição de terrenos nas zonas de expansão, ora se realiza em nome da defesa do interesses maiores do Estado, ora se manifesta por meio de simples ocupação para exploração sem, no mínimo, atender ao grito daqueles que estão a ser expulsos do local. São histórias de vida que estão a ser sacrificadas, são sonhos e projectos futuros que estão a ser destruídos, é uma cultura cuja existência está a ser destinada à incerteza. As populações precisam de conhecer os seus direitos, precisam de cultivar um espírito de luta por aquilo que é seu por direito, precisam de se afirmar e de impor a sua existência para serem respeitadas.

## **C. AGRICULTURA**

### **➤ CABO DELGADO:**

Agricultura é base do desenvolvimento da Província e do país. Porém, hoje se pode questionar se esta política do Estado é real. Se não vejamos: a distribuição orçamental do plano económico e social – 2017 coloca este sector na 7ª posição em termos de prioridades orçamentais.

Tabela 1 Distribuição parcial de orçamento provincial por sectores

<b>Sectores</b>	<b>2016 (Biliões Mt)</b>	<b>2017 (Biliões Mt)</b>
Educação	358.041,92	290.308,62
INAS-Instituto Nacional de Acção Social	225.064,68	222.312,17
Saúde	262.950,53	220.800,06
Procuradoria	70.029,35	60.730,37
Cadeia Provincial	68.581,93	52.540,96
Tribunal Provincial	64.037,36	59.834,72
<b>Agricultura</b>	<b>57.760,30</b>	<b>43.987,93</b>

Fonte: PES-2017 (Plano Económico e Social)

Esta situação mostra que o sector da agricultura está a navegar em águas turvas, complicando ainda mais a vida do camponês/productor, aliando à escassez de chuvas que se faz sentir desde os últimos 3 meses de 2016 e os primeiros do presente ano devido a mudanças climáticas, situação que já começa a ter impactos negativos com a ocorrência de bolsas de fome em alguns distritos, como é o caso de Namuno, Montepuez, Ancuabe, Meluco (Balanço do PES 2016- Assembleia Provincial Janeiro 2017).

Também é importante referenciar que houve algum investimento relacionado à mecanização agrícola com aquisição de alguns tractores, através do Fundo de Desenvolvimento Agrário – FDA, cuja gestão foi concessionada a alguns operadores que cobram 1.400,00 Mt por hora, sabendo que, por hectare, a máquina pode absorver 4 horas, o que equivale a uma despesa de aproximadamente 5.600,00 Mt por hectare lavrado, valor que não está ao alcance do camponês.

Não só é visível a discrepância entre o discurso e prática no sector da agricultura pela classe política, mas também, é perceptível que as próprias comunidades de Cabo Delgado estão a seguir as tendências do Executivo provincial por diversos factores a saber:

- Abandono das populações do planalto dos Macondes (Nangade, Mueda e Muidumbe) na prática de agricultura sob pretexto de usufruírem pensões de reforma de antigos combatentes,
- Abandono das populações da zona Sul da província (Montepuez, Balama, Namuno, Ancuabe) da prática da agricultura por causa do garimpo de minerais,
- Abandono das populações da prática de agricultura na zona Norte e Centro (Palma, Mocimboa da Praia, Nangade e Ancuabe) devido à exploração de recursos florestais.
- Abandono das populações da prática da agricultura em quase toda a Província devido à usurpação de suas terras, concessionadas pelo Governo a empresas para exploração mineira.

Esta última constatação sobre terras concessionadas, também é facilmente visível no mapa disponível na página da internet *cadastro mineiro de Moçambique* que demonstra uma grande extensão de terras concessionadas a nível da Província.

Importa referenciar, que quando abordado este tema com a Governadora de Cabo Delgado, Celmira Pena da Silva, respondeu que não existe nenhuma preocupação do lado do Estado porque todos os distritos têm bem definidas as áreas produtivas para o sector da agricultura, áreas de expansão para habitação e as zonas prováveis de exploração de recursos minerais.

Aquela governante disse ainda que, apesar de terem sido concessionadas áreas para pesquisas, não significa que se vai explorar porque pode não se encontrar o recurso que se pretende e, neste caso, as empresas devolvem as áreas ao Estado, e enfatizou ainda que as pesquisas têm um prazo e não são ilimitadas. Por outro lado, que os distritos de Balama, Namuno e Montepuez, em termos de agricultura bem explorada, têm potencial para suprir as

necessidades da Província e parte do País, tendo referenciado que os regadios de Nguri e Chipembe, que estão adormecidos, podem ajudar a resolver os problemas alimentares em Cabo Delgado.

A análise da Governadora é lógica em sentido político, mas social e economicamente pode se questionar.

- A pesquisa e exploração mineira implica, em muitos casos, a retirada das populações residentes e produtoras das suas machambas para dar lugar aos trabalhos de levantamentos geológicos. Onde irão essas populações praticar a agricultura?
- As áreas reservadas para a prática da agricultura pelo Estado são para investimentos privados e dificilmente as populações de baixa renda têm capacidade de usufruir de tais terras.
- Apesar da Lei de Minas conceber que as pessoas reassentadas devem dispor de condições iguais ou melhores das anteriores, estas se encontram em situações piores porque essas movimentações de pessoas não observam o preceituado na legislação devido aos interesses obscuros da classe dirigente.

## **MEGAPROJECTOS**

### **➤ TETE**

A tónica gira em torno da “desilusão” em relação aos megaprojectos, do conflito de terra e da situação da trégua da paz num ambiente de corrupção estrutural.

Depois de se ter alimentado muita esperança em relação à vinda dos megaprojectos à província de Tete, agora estamos a entrar numa nova fase. Esperávamos que muitos dos nossos irmãos teriam garantia de emprego sustentável, outros seriam reassentados em melhores condições, mais outros (pequenos empreendedores) teriam oportunidades para fazerem os seus negócios junto às empresas, etc. Muitos dos nossos irmãos obtiveram terrenos e construíram casas para arrendar, na esperança de ter clientes à altura da qualidade das casas. Serviços de hotelaria aumentaram a sua intensidade com a construção de mais hotéis na cidade e sobretudo na outra margem do rio Zambeze (Matundo, Matema, etc.). Em fim... havia muita esperança de negócios, de muito dinheiro, de melhoria das condições de vida em todos os

sentidos, etc. São provas disso as análises que eram feitas em torno do impacto económico das megaempresas por volta dos anos 2011.

Mas entramos numa fase de crises no Mercado internacional e depreciação do preço do carvão. Fomos surpreendidos com a questão das dívidas ocultas cometidas pelo governo do presidente Guebuza. E, no que diz respeito à questão militar, estamos ainda no período da trégua dos dois meses, o que nos leva a acreditar que a paz que estamos a experimentar é muito indecisa, condicionada, hipotecada. Portanto, vivemos um embaraçoso suspense. A economia nacional está seriamente afectada. E isto levou ao reajustamento salarial do Orçamento do Estado. Esta situação a nível nacional tem sua especificidade em Tete. Com certeza, Tete, que já fora chamada de “escândalo geológico” pelo Presidente Chissano aquando das descobertas dos jazigos de carvão, o “el-dorado Tete” por pesquisadores como Thomas Selemane e João Mosca, e que já era apelidada de “cidade económica do País” em comparação com Maputo, que é a cidade capital, hoje já está a se tornar uma miragem sem imprimir muita esperança quer nos locais, quer nos investidores, quer entre outros estrangeiros que esperavam melhorar as suas condições de vida. Também ficou afectada a estrutura das principais megaempresas de carvão existentes em Tete, pois houve reajustamento interno de muitas delas. Tal reajustamento custou a perda de emprego de muitos dos nossos irmãos. Muitos dos estrangeiros, utentes dos hotéis e/ou casas de renda, ou voltaram para as suas terras, ou passaram a viver em condomínios construídos pelas próprias empresas. Esta situação está a colocar em crise os serviços de hotelaria e das casas de rendas que foram construídas para o efeito. Por isso, há casas que estão a ser vendidas a preço mais baixo em relação ao preço da sua construção.

“Estou a procura de emprego, porque o meu contracto expirou” são praticamente as palavras que estão na boca da maioria da juventude que está a diminuir a sua capacidade de sonhar por ver o seu contracto de serviço terminar e por passar pela dificuldade de encontrar outra saída. Em 2007, muita gente começou a afluir para Tete a procura de emprego e novas oportunidades: multiculturalidade descontrolada, movimentos migratórios (os

três tipos de migração: interna, externa e êxodo rural), aumento de desempregados, marginais, informais, porque os contractos são de um ano, cidade violenta, consumismo em demasia, muito dinheiro a circular, mas muita pobreza a se consolidar cada vez mais, etc. Este cenário, ultimamente, vai piorando cada vez mais. Até as instituições do ensino superior que leccionam cursos de engenharia na área mineira, como é o caso da Faculdade de Gestão dos Recursos Naturais e Mineralogia da Universidade Católica de Moçambique em Tete, encontram muitas dificuldades em ter espaços nas empresas para estágios dos seus estudantes, ou mesmo para assinar memorandos de entendimento e firmar parcerias, muitas vezes recorrendo a empresas fora da Província. Portanto, parece estarmos a assistir uma passagem da presunção (... esperávamos que...) para o desespero (... mas agora...).

➤ **CABO DELGADO:**

A nível da província de Cabo Delgado, as empresas concessionadas para prospeção e exploração de hidrocarbonetos, ENI e Anadarko, anunciaram recentemente, o seu regresso para operacionalização do seu projecto de exploração de gás na bacia do Rovuma. O retorno destas empresas multinacionais acontece numa altura em que ainda não estão acauteladas as questões básicas discutidas no processo de auscultação pública que teve três rondas anteriores e vai para a quarta para acordos sobre o reassentamento das comunidades.

Neste contexto a Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva - um canal de ligação e articulação de 36 organizações membros dispersas por todo o território nacional, realizou uma visita de monitoria à Província de Cabo Delgado nos dias (22, 23, 24 e 25) de Fevereiro corrente, no âmbito do acompanhamento regular do processo de implementação do projecto de Gás Natural Liquefeito (LNG) no Distrito de Palma. A principal agenda desta missão consistia em aferir o estágio da implantação do projecto de LNG, em particular o processo de reassentamento, averiguando *in loco* os respectivos contornos e desafios



através da interação com as comunidades, organizações da sociedade civil, governo local (distrital e provincial) e empresas do sector extrativo.

### **PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES DA VISITA**

- ✓ Bloqueio da sociedade civil pelas autoridades governamentais a nível da base para trabalhar com as comunidades. Existem barreiras enormes para trabalhar nas comunidades de Afunge, Kitupo e Senga
- ✓ Tensão no seio das lideranças comunitárias ao receber a visita
- ✓ Comunidade não reconhece os membros dos comités de gestão de recursos naturais e as lideranças como interlocutores válidos.
- ✓ Já foi aprovado um plano de reassentamento pelo governo, que precisa ser anexado os documentos relativos aos acordos entre o projeto e as comunidades contudo esse documento ainda não está disponível a sociedade civil ainda não teve acesso.
- ✓ Fraca liderança do governo distrital de Palma no processo de reassentamento
- ✓ Falta de envolvimento das comunidades
- ✓ O processo de reassentamento inicia no mês de Março com a terceira ronda de negociações entre as comunidades
- ✓ Falta de Coordenação no FOCAD- Fórum das Organizações Não Governamentais de Cabo Delgado

#### Aprovação do plano de reassentamento para Palma

Não se percebe como a 1 mês do início do processo de reassentamento, o Governo do distrito de Palma não conheça o conteúdo do plano de reassentamento aprovado. Segundo se apurou, o Administrador do distrito confirmou que o seu executivo não aborda este tema com as comunidades a mais de 1 ano. Se o Governo distrital não sabe, pior a comunidade que precisa ter informações sobre o processo através de suas lideranças. Qual é o papel do governo neste caso, o do distrito de Palma?

No caso vertente a empresa elaborou um plano de reassentamento que foi aprovado pelo Governo, o mesmo que a nível local, onde vai acontecer o reassentamento, não dispõe de conhecimento sobre o assunto. Significa que o

governo local não está a fazer o seu papel de regular e supervisionar a actuação dos diferentes actores da sociedade (empresa e sociedade civil), mediante leyes, políticas da mesma sociedade.

Segundo a planificação de reassentamento, após a apresentação do PIR (Plano Inicial de Reassentamento), e pressupondo que o Projecto continua a ser desenvolvido, os proponentes elaborarão o PAR (Plano de Acção para o Reassentamento), em conformidade com o Decreto 31/2012 de 8 de Agosto e com a Norma de Desempenho 5 da IFC (International Finance Corporation). O PAR é preparado em estreita consulta com as comunidades afectadas e em colaboração com os Governos Provinciais e Distritais, para assegurar a sua coerência com os planos de desenvolvimento e estratégias da Província e do Distrito.

Outro aspecto é que segundo o regulamento sobre reassentamento o governo distrital faz parte da comissão técnica que tem como função segundo o artigo 7 de:

- a) Acompanhar, supervisionar, dar recomendações metodológicas sobre todo o processo de reassentamento;
- b) Emitir parecer técnico dos planos de reassentamento;
- c) Elaborar relatórios de monitoria e avaliação do processo de reassentamento, tendo em conta os planos previamente aprovados;
- d) Propor a notificação do proponente de uma actividade para prestar esclarecimentos sobre o decurso do processo de reassentamento;
- e) Elaborar a proposta do Regulamento Interno da comissão;
- f) Propor normas complementares para a implementação do presente Regulamento.

## **SITUAÇÃO POLÍTICO MILITAR**

### **➤ BEIRA:**

A notícia da trégua dada no mês de Dezembro e prolongada por mais dois meses deu um ar de alívio para muita gente. A possibilidade de poder viajar mais livremente e sem medo, especialmente na quadra festiva, isto dá uma certa segurança de mobilidade.

A Trégua, foi algo que se falou muito entre as diferentes camadas da sociedade na Cidade da Beira e nos diferentes ambientes rurais aos que tive acesso, especialmente no corredor da Beira, e Mangunde.

O que se vem verificando nestas últimas semanas de Janeiro e Fevereiro, e que tudo está em 'Stand By', ninguém quer se comprometer com grandes declarações. A participação dos conselheiros estrangeiros são muito prudentes em avançar diferentes cenários ou fazer especulações porque todo pode vir a mudar de um de repente.

Na parte política, se especula que algo esta a ser "cozinhado" entre as duas partes, Renamo e Governo. Sempre com uma serie de especulações e nada claro. Os dois querem ser os protagonistas da Paz, do bem-estar do povo moçambicano, os dois querem ser os que finalmente trouxeram a Paz. Ca mesmo na Beira, entre MDM e O Governo, estão em disputa para ver quem inaugurar certos lugares que foram melhorados, como os canais da cidade da Beira...

➤ **TETE:**

Mkondedzi e a trégua da paz: Sabemos que Mkondedzi é uma das localidades de Moatize onde se verificaram vários conflitos armados antes da trégua. Casas foram queimadas, várias pessoas desaparecidas, muitas famílias procuraram refúgio no vizinho Malawi, mas também várias famílias foram refugiar-se no centro dos leprosos onde foram acolhidas pelas irmãs responsáveis do centro. Hoje, beneficiamo-nos da trégua de paz por três meses: de Janeiro a Março. Os ataques parecem ter parado em todo o território moçambicano... não sabemos ao certo. Talvez trata-se apenas de falta de informação, pois Moçambique sofre muito o fenómeno da desinformação e da pseudo informação. Mas o ambiente parece calmo. Aos poucos, as famílias de Mkondedzi estão a retomar as suas actividades diárias. Mas ainda precisam de ajuda para proverem do necessário para viverem. Ainda há por volta de umas treze famílias a viverem no centro das irmãs. As ajudas de alimentação que são alocadas para estas populações não chegam totalmente ao destino. Testemunhas referem que os chefes locais,

sobretudo os ligados ao partido no poder recebem essas ajudas e seleccionam a quem dar. E por cima de tudo, vendem os produtos às populações, desvirtuando totalmente a vontade do doador. Esta é uma das situações que estão a escandalizar as irmãs que vivem naquele lugar e que tanto fazem para ajudar aquelas populações a recuperarem o seu gosto de viver.

## **SITUAÇÃO ECONÓMICA**

### **➤ BEIRA:**

A situação social, política e económica, precisa de uma severa reflexão profunda sobre as tentativas de querer esconder ou criar especulações de todo tipo, desde que Mocambique vai se tornar uma ditadura para poder sair das crises económica, até chegar a ouvir falar que Nyussi será reconhecido como o Homem de África que tem mantido a Paz. Obviamente estas são conversas que fazem circular para distrair a atenção do essencial da nossa realidade. Beira por exemplo, tornou-se a cidade mais cara do País. Os produtos e serviços foram além das possibilidades da maioria da população que agora tenta de sobreviver como a cultura de temporal.

### **➤ CABO DELGADO:**

Para o ano 2017 a província prevê colectar 4.088,4 milhões de meticais correspondentes a um crescimento de 10%. Com a previsão do início da exploração do Grafite de Ancuabe e Balama, a consolidação da exploração do Rubi no Distrito de Montepuez poderão sustentar a projecção do crescimento da arrecadação da receita. Esta possibilidade, também é um indicador de que o pensamento prioritário do governo em termos de arrecadação de receitas, está virado a indústria extrativa.

## **OUTROS ASSUNTOS:**

### **A. CASAMENTO PREMATURO**

#### **➤ NACALA**

Nos distritos de Ilha de Mocambique, Mossuril, Nacala-A-Velha, registam-se vários casos de casamento prematuro, com que protagoniza consequências negativas principalmente no seio do género feminino.

Este factor por um lado gera no âmbito de aspectos culturais (rito iniciação), e por outro lado na sequência da própria legislação de família que em algum momento admite que os menores de 16-17 anos de idade podem celebrar o casamento mediante o consentimento dos representantes legais. Entretanto em caso que preocupada no sector da educação na qual foi um dos principais assuntos abordados na abertura do ano lectivo do corrente ano, visto que muita das raparigas obrigam-se a abandonar a escola para viver maritalmente que futuramente da-lhe uma vida péssima.

## **B. CONFLICTO SOCIAL**

### ➤ **BEIRA:**

Atualmente, estamos a viver certos conflitos entre vendedores ambulantes e o município por causa do reassentamento de mercados, barracas, e vendedores ambulantes, isto porque põe em perigo a circulação dos piões e os mesmo vendedores. As grandes chuvas de estes últimos dias, os cortes prologados de energia como e de costume em tempo de chuva e não só, esta a criar percas quantiosas nos comércios e nas famílias. O que continua a acontecer na Cidade da Beira e nos distritos são desaparecimentos, sequestros, ligados à política e sequestros com possibilidade de exigir um resgate económico.

### ➤ **TETE:**

A sociedade tetense, como em muitas outras províncias, sofre seriamente os problemas de desajustamento estrutural provocado pelo ambiente de corrupção que enferma as instituições desde a sua raiz. É como se as pessoas não fossem capazes de um mínimo de justiça. Em praticamente todos os domínios da vida humana onde entra em jogo a dimensão económica (dinheiro ou qualquer outro ganho), assistimos um ser humano a primar sempre por "marabalismos", jogos de proveito e ganho imerecido.

*Kaphiridzanje: luto e lição:* O dia 18 de Novembro de 2016 ficará marcado definitivamente na vida de muitos dos nossos irmãos que sofreram na tragédia de Kaphiridzanje. O nosso objectivo não é buscar as causas do sucedido, nem descrever o sucedido, mas despertar a atenção para a conjuntura social que

tornou possível aquele acontecimento. Um carro de tracção com um tanque-cisterna cheio de combustível (gasolina) desviou do caminho e foi estacionar num lugar meio distante da estrada principal. O condutor abandonou o carro. As pessoas aproximaram-se do carro e começaram a tirar combustível no tanque-cisterna. O tanque-cisterna explodiu e matou mais de 100 pessoas. Este é o facto. Por detrás deste facto, surgem vários questionamentos: porque o tanque-cisterna foi parar naquele local? Quem está por detrás das razões que levaram o camionista a desviar o carro para aquele local? Porque o tanque-cisterna explodiu? Quem accionou a explosão? Haverá outras vezes em que aquele desvio do camião aconteceu e que as pessoas usufruíram do combustível sem este ter explodido como aconteceu no dia 18 de Novembro? Que tipo de apoio psicológico foi dado aos sobreviventes? Os outros apoios alocados para aquelas vítimas chegaram todos aos destinatários? O que aconteceu? Em geral, podemos sustentar o seguinte: naquele lugar parece ter havido venda ilegal de combustível por parte dos camionistas e aproveitamento por parte das populações. Portanto, no seio da comunidade local, está o espírito vandalizadore aproveitador das pessoas, talvez associado à pobreza. Sabemos que é um hábito, naquelas bandas, alguns membros da comunidade assaltarem camiões e roubar as mercadorias enquanto os camiões estão em andamento. Portanto, podemos também levantar o problema da vulnerabilidade do sistema de controle por parte do Estado ou dos agentes que agem em nome do Estado para garantir a segurança. Kaphiridzanje deve servir de lição para nós, para o exercício da nossa cidadania, para vermos até que ponto contribuímos para o crescimento da nossa economia como bem comum.

As comunidades da Diocese carecem de actividades ou formações que possam ajudar à consciencialização dos seus problemas e à busca de suas soluções. O mal estar social causado pela falta de educação ou por razões adversas adquire proporções alarmantes devido à presença desafiadora e, agora, desencorajadora das megaempresas, devido à falência do Estado e à sua incapacidade de intervenção e prontidão no seio social. As comunidades precisam de ser sensibilizadas para isto. Há que estudar mecanismos de como fazer para realizar a educação comunitária.

## **GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS**

### **➤ CABO DELGADO:**

A província de Cabo Delgado é rica em recursos naturais diversificados desde minerais, florestais e faunísticos com características peculiares. O que se pode observar é que ocorre uma exploração quase desregrada onde, por um lado, se tem operadores licenciados e, por outro lado, garimpeiros ilegais que disputam o mesmo espaço e o recurso. A título de exemplo, o maior destaque é o cenário vivido no distrito de Montepuez, posto administrativo de Namanhumbire, onde a empresa concessionada para exploração do Ruby, *Montepuez Ruby Mining*, tenta travar este fenómeno, o que tem criado sérios conflitos entre ambos.

Na segunda semana de Fevereiro deste ano, o Governo provincial desencadeou uma mega/operação para retirada de todos os envolvidos na cadeia de garimpo ilegal de Ruby no distrito de Montepuez, tendo afectado cidadãos nacionais e estrangeiros. Pode se consultar o relatório da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Pemba.

Dados fornecidos à comunicação social pela Polícia da República de Moçambique, no dia 16 de Fevereiro, dão conta que 535 cidadãos nacionais (205 nativos de Montepuez e restantes de outros pontos do País) e 238 estrangeiros (162 Tanzanianos, 76 de outras nacionalidades como Mali, Tailândia, Ruanda, Senegal, Guine-Conacri, Somália, República Democrática do Congo e Bélgica) foram abrangidos. Esta medida do Executivo da Província pode ser vista em dois ângulos, primeiro sobre o tempo de tomada de decisão e o segundo pela forma como foi desencadeada a operação. Porque só hoje se tomou esta decisão de limpeza de garimpeiros ilegais e seus mentores?

HIPÓTESE A: *Pressão da empresa ao Governo devido a perda de dinheiro – produção e comercialização paralela com Garimpeiros ilegais.*

Em 2015, o director Executivo da empresa Montepuez Ruby Mining, Asghrar Fakhri disse, em entrevista ao jornal Horizonte, que a anualmente e pela

fronteira com a República da Tanzânia, era exportado ilegalmente o Ruby estimado entre 250 a 300 milhões de Dólares Americanos. Para consubstanciar, declarou que, no mesmo ano, um cidadão tanzaniano foi preso, portando Ruby avaliado em 1 milhão de dólares americanos. A pressão da empresa ao Governo provincial ganha peso pelo facto de um dos acionistas ser um antigo combatente, general na reserva e figura de forte influência no partido Frelimo (Raimundo Pachinuapa). Ainda dentro desta hipótese, aventa-se a possibilidade de ter sido a própria empresa a alegar presença de homens armados da Renamo para pressionar ao Governo a tomar certas posições com carácter de urgência.

HIPÓTESE B: *Presença de homens armados da Renamo em Montepuez nas minas de Namanhumbire.*

Existem informações, que circulam de forma não oficial, que dão conta da presença de homens armados da Renamo nas minas de Namanhumbire, no distrito de Montepuez, facto que terá motivado ao Governo a tomar a decisão de fazer uma limpeza da zona e, como havia presença de muitos estrangeiros, o primeiro passo era garantir a saída dos mesmos para evitar um mau relacionamento com os países que tinham seus concidadãos naquele ponto do país. Esta informação teve apoio dos diplomatas dos respectivos países africanos acreditados em Moçambique como, por exemplo: o de Tanzânia, Senegal e Guiné Conacri. Esta hipótese não está sendo amplamente divulgada pelo facto de não se pretender criar rupturas nas conversações sobre cessação das hostilidades militares entre o Governo e a Renamo e continuar a estabelecer e estender o tempo de tréguas que se vive. A experiência de convivência entre a Frelimo, que está no poder desde a independência nacional a 25/06/75, e a Renamo na oposição, não permite que se descarte qualquer possibilidade de manobras de ambas as partes para conseguirem os seus intentos mesmo em uma situação de aparente consenso.

HIPÓTESE C: *Restabelecimento da ordem e tranquilidade pública no distrito de Montepuez*

O Executivo justifica a medida como uma forma de restabelecer a ordem e tranquilidade pública no distrito de Montepuez, caracterizado por um



ambiente de criminalidade acentuada nos últimos anos em muitos casos com recurso a arma de fogo, tráfico de pessoas, tráfico e consumo de drogas, álcool e prostituição, segundo a Governadora da Província (Celmira Pena da Silva) e o porta-voz do comando provincial da PRM (Abdul Shaguro). Desta hipótese, a primeira questão que se coloca é porque somente agora o Governo decidiu fazer uma operação destas proporções quando já se tinha conhecimento da actividade mineira ilegal, tendo em conta que a empresa Montepuez Ruby Mining iniciou em 2009 e que muito antes de está ser criada, o garimpo ilegal vinham decorrendo. De referir, que apesar de considerar-se nesta reflexão como uma hipótese, pelo facto de se dar o benefício da duvida, este ponto foi validado e constitui a justificativa ou posicionamento oficial do Governo provincial.

### **ANÁLISE DA DECISÃO TOMADA PELO GOVERNO DE LIMPEZA EM MONTEPUEZ**

Sob ponto de vista de restabelecimento da ordem e segurança pública, no distrito de Montepuez, pode ser considerada acertada a decisão de limpar a zona e também pode resolver um problema económico que fará à empresa concessionária ganhar mais receitas com a retirada do mercado paralelo e consequentemente canalização dos dividendos devidos ao Estado. É claro que os ganhos previstos ao Estado e consequentemente as comunidades somente podem dar-se com a instauração de um ambiente de negócio favorável, transparente e responsável tanto das empresas como do Governo.

Quando se faz a comparação dos valores declarados que circulam no mercado paralelo ou seja informal e a dos ganhos reportados pela empresa nos leilões realizados na Ásia, com o nível de investimentos realizados no posto administrativo de Namanhumbire, nota-se que o desenvolvimento que se podia prever e que tantas expectativas gerou no seio das comunidades ainda está muito longe de ser alcançado desde infra-estruturas e serviços básicos de assistência comunitária. Segundo se reporta, a empresa participou em 4 leilões em 2015 com vendas de 50,15,33 e 43 milhões de dólares americanos, prospectivamente. Interessante que a exploração ilegal de rubis cerca de 250 a 300 milhões de dólares é quase 8 a 9 vezes superiores a declarada pela

Montepuez Ruby Mining, nas suas vendas em leilões. Assim sendo, quanto é que a empresa não declara? E quem fiscaliza?

### **ANÁLISE DO MODUS OPERANDOS DO GOVERNO DURANTE A OPERAÇÃO**

A operação de limpeza não somente abrangeu aos estrangeiros mas também aos nacionais, incluído os do mesmo Distrito, Montepuez, pese embora a Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 55, números 1 e 2 defendem a liberdade de residência e de circulação no território nacional a todos os cidadãos moçambicanos.

A análise da situação dos estrangeiros na operação limpeza é complexa dado que abrange 9 nacionalidades com situações diversas desde a falta de documentação legal, exercício de garimpo, comercialização e porte de minerais ilegalmente, condução ilegal, porte de viaturas roubadas etc.

Dada a gravidade da situação desses cidadãos estrangeiros afectados, soube-se que o Embaixador da República Unida da Tanzânia dirigiu-se a Montepuez no dia 15 de Fevereiro para dialogar com os seus conterrâneos, tendo apelado para que estes abandonassem o País imediatamente. O mesmo aconteceu com os Embaixadores da Guiné- Conacri e do Senegal que tiveram encontros inclusive com a Governadora da Província para se inteirarem da situação.

Importa realçar que parte dos estrangeiros foram detidos e recolhidos a terceira esquadra da polícia em Pemba de onde foram repatriados compulsivamente, deixando os seus bens a mercê de todos enquanto os tanzanianos tiveram um prazo de cinco dias para organizarem o seu regresso, o que demonstra que houve tratamento de um peso e duas medidas. Como sempre medidas do género têm consequências drásticas, como foi o caso da violação dos direitos Humanos e violação da Constituição da República de Moçambique, estes aspectos não podem ser ignorados.

## **DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES**

### **➤ TETE:**

a) A Comissão de Justiça e Paz ainda não se desligou totalmente do Secretariado de Coordenação da Acção Pastoral (SECAP);

b) Nota-se ainda um tremendo desconhecimento e desinformação em relação aos reais problemas sociais existentes na diocese: sobre os contratos com as grandes empresas, sobre a questão da terra, sobre os conflitos armados e a existência de refugiados, sobre perseguição aos portadores do albinismo, sobre sequestros, etc. A elaboração destas análises da realidade está a ajudar-nos a tomarmos cada vez mais consciência desta situação;

c) A existência duma vasta área da diocese que não se beneficia da atenção pastoral devido à dificuldade de acesso e à existência de muito poucas pessoas vivendo de forma isolada (sobretudo as áreas da nova região pastoral de Manje).

d) Continua ainda o desafio da desconexão nas actividades daquelas comissões que lidam com questões sociais: Justiça e Paz, Caritas e Saúde, não temos a Comissão da educação;

e) O desafio da pastoral juvenil: a comissão tenta dar respostas às demandas dos jovens por meio de várias actividades como: jornada diocesana da juventude, movimentos e grupos paroquiais dos jovens, organização de vigílias juvenis, etc. Ainda falta uma política pastoral para incluir os jovens universitários.

a) Os agentes da pastoral da justiça e da paz, inspirados nos princípios da DSI, terão que ser pessoas sensíveis às questões sociais, disponíveis, flexíveis e abertos às mudanças rápidas, zelosos e gente de coragem, com espírito missionário profundo, e que sejam pessoas abertas às novas aprendizagens do contexto actual e dispostas a mudar de rumo se for necessário, sempre num ambiente de partilha da fé;

b) Ter criada uma comissão diocesana de Justiça e Paz forte, interventiva, que esteja acima da questão social, em ligação com toda a diocese dentro da pastoral de conjunto: unidos à sua paróquia (pároco) e sempre em coordenação com o SECAP e com o Bispo.

c) A instituição duma Escola Secundária da Diocese como escola privada, com várias disciplinas ligadas à ética e à cidadania, poderá ser uma oportunidade para a formação das pessoas já na sua idade escolar.

➤ **NACALA:**

- Urge consciencializar e capacitara as comunidades locais em matéria de lei terra, recursos minerais, processos de consultas públicas detalhando o tipo de informação que deve ser incluída nestes processos, os seus direitos e deveres como detentores do direito de uso e aproveitamento de terra segundo as praticas costumeiras. (este processo de consciencialização e capacitação deve incluir informação chave como as diferentes instituicoes responsáveis pelas questões de terra, bem com detalhar os passos a seguir em situacoes de conflitos),
- Promover assistência jurídicas para as comunidades que foram usurpadas as suas terras,
- Recomenda-se a real implementação da varias políticas agrárias existentes direccionada à produção agrícola de pequena escala,
- É importante que se definem as áreas disponíveis para quaisquer novos investimentos, com clara distinção e definição de áreas comunitárias, direccionando entre pequenos e médios investimentos,
- Promover debates sobre a implicação dos casamentos prematuros.